SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PRORROGAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 192753

PORTARIA Nº 987 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010

PRORROGAR o prazo por 30 (trinta) dias da Portaria nº 833 de 29 de novembro de 2010, publicada no D.O.E nº 31.802 de 01.12.2010, que designou os servidores ARTUR FERNANDO SILVA MASCARENHAS (5057639/4), ANTONIO ALVES DE MELO (57203415/1) e FERNANDO QUINTELA SMITH (57205845/1), para comporem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar o desaparecimento de MIC Portátil Notebook Semp Toshiba, ocorrido no período compreendido de 13/11/2010 a 15/11/2010.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, em 27 de dezembro de 2010.

CESSÃO DE SERVIDOR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 192779

PORTARIA Nº 1070 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COM BASE NO DECRETO DE 31.07.2007, e usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

CEDER o servidor ADEJARD GAIA CRUZ, identidade funcional nº 080845778/4, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Pública - Ciências Econômicas para a Universidade Federal do Pará - Instituto de Tecnologia - ITEC, com ônus para o órgão de origem, a contar de 01.01.2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, em 27 de dezembro de 2010.

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO

Secretário de Estado

BALANÇO PATRIMONIAL - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - NOTAS EXPLICATIVAS - INSTITUTO DE GEMAS E JÓIAS DA AMAZÔNIA - IGAMA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 192765

BALANÇO PATRIMONIAL - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - NOTAS EXPLICATIVAS

INSTITUTO DE GEMAS E JÓIAS DA AMAZÔNIA - IGAMA

CNPJ: 08.821.432/0001-75

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	186.410,05 D	PASSIVO CIRCULANTE	68.758,59 C
DISPONIVEL	186.410,05 D	EXIGIVEL	68.758,59 C
BANCOS CONTA MOVIMENTO		REMUNERAÇÃO A PAGAR	
Banpará conta 301822-9	152.382,58 D	Contas a pagar	25.763,23 C
Banpará conta 301823-7	4.401,65 D	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	
HSBC Bank Brasil S.A	28.0009,54 D	Pis a Recolher	510,69 C
Banpará conta 301939-0	33,44 D	Inss Retido	31.094,36 C
Banpará conta 301978-0	182,79 D	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	
Banco do Brasil conta 42.298-3	1.178,24 D	IRRF Serviço Prestado	1.379,11 C
BANPARÁ CONTA 302153-0 CONVÊNIO 021/09	4,53 D	IRRF Serviços Terceiros	2.711,51 C
Banco do Brasil 42.626-1	217,28 D	ISS Sobre Serviços Prestado Terceiros	5.309,61 C
		Confins	1.861,86 C
ATIVO NÃO CIRCULANTE	38.854,46 D	CSSL	128,22 C
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		PATRIMONIO LIQUIDO	156.505,92 C
Móveis e Utensílios	3.807,24 D	PATRIMONIO SOCIAL	156.505,92 C
Equipamento de Telecomunicações	2.045,62 D	LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO	156.505,92 C

Equipamentos de Informática	7.776,24 D	-	-
DEPRECIACÃO ACUMULADA (-)		-	-
Depreciação acumulada	2.364,80 C	-	-
ATIVO INTANGÍVEL	27.590,16 D	-	-
Bens intangíveis		-	-
Software	34.134,81 D	-	-
Sistema de Frente de Loja	9.206,42 D	-	-
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (-)		-	-
Amortização acumulada (-)	15.751,07 C	-	-
		-	-
TOTAL DO ATIVO	225.264,51 D	TOTAL DO PASSIVO	225.264,51 C

INSTITUTO DE GEMAS E JÓIAS DA AMAZÔNIA - IGAMA CNPJ: 08.821.432/0001-75 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

RECEITA

DISCRIMINAÇÃO	VALORES
Repasso Contrato de Gestão - SEDECT	2.567.016,00
Receita Financeira	37.680,20
Receitas Não Operacionais	737.337,01
RECEITA DE CONVÊNIO	250.860,72
TOTAL	3.592.893,93

DESPESAS

DISCRIMINAÇÃO	VALORES
Despesa com pessoal	755.246,43
Encargos Sociais	278.715,27
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.044.549,73
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	645.746,66
Despesas Administrativas	354.935,96
Material de Consumo	100.442,35
Despesas Tributárias	241.153,00
Despesas Financeiras	85.764,16
TOTAL	3.506.553,56

INSTITUTO DE GEMAS E JOIAS DA AMAZONIA CNPJ: 08.821.432/0001-75

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO DE GEMAS E JOIAS DA AMAZONIA - IGAMA tem por finalidade fomentar e desenvolvimento dos setores de gemas, jóias e artesanato, com ênfase no apoio a produção e a comercialização, atuando conforme as diretrizes estabelecidas pelo governo do estado do Pará, desenvolvendo atividades de interesse social; sua gestão e posição econômico-financeiro devem ser entendidas, também, dentro desse contexto.

2 - BASE DA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em reais, de acordo com as praticas contábeis emanadas da legislação Brasileira - lei 11.638/2007

3 - PRINCIPAIS PRATICAS CONTÁBEIS.

a) Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas.

b) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear.

c) Intangíveis

Compreende custo de aquisição de sistema de processamento de dados para o setor financeiro e comercial. As amortizações são calculadas pelo método linear.

Responsável:

Maurício Moura Figueiredo

Contador - CRC: 014317/O-5 PA

RESOLUÇÃO Nº 032, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 192772

GOVERNO DO ESTADO

COMISSÃO DA POLÍTICA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO

SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 032, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010

Concede incentivo financeiro e fiscal à empresa DENDÊ DO PARÁ S./A. - DENPASA.

A COMISSÃO DA POLÍTICA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO PARÁ, no exercício de suas atribuições legais, Considerando a Lei nº 6.915, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às agroindústrias; Considerando o disposto no Decreto nº 2.492, de 6 de outubro de 2006, que aprova o Regulamento da Lei nº 6.915, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às agroindústrias; Considerando o disposto no inciso II do art. 5º da Lei nº 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Pará e dá outras providências, e suas alterações; Considerando o disposto no inciso II do art. 6º do Decreto nº 5.615, de 29 de outubro de 2002, que aprova o Regulamento da Lei nº 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Pará, e suas alterações; Considerando o Processo SEDECT N.º 2010/246925, de 03 de novembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam isentas do pagamento do ICMS, relativamente ao pagamento do diferencial de alíquotas, as aquisições, em operações interestaduais, de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado da empresa DENDÊ DO PARÁ S. A. - DENPASA, inscrita no Cadastro de Contribuintes sob o nº 15.068.293 - 0, constantes do Anexo Único desta Resolução.

§ 1º A isenção de que trata o caput será concedida, em cada caso, por despacho do Secretário de Estado da Fazenda, mediante requerimento instruído com cópia das Notas Fiscais de aquisição das máquinas e equipamentos contendo a respectiva classificação fiscal ou, na falta de sua indicação na nota, a referida classificação deverá ser informada pela empresa.

§ 2º O benefício fiscal relativo ao diferencial de alíquotas não terá efeito retroativo em relação às máquinas e equipamentos adquiridos antes da vigência desta Resolução.

Art. 2º Fica concedido à empresa DENDÊ DO PARÁ S. A. - DENPASA, inscrita no Cadastro de Contribuintes sob o nº 15.068.293 - 0, incentivo financeiro, sob a forma de empréstimo, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, apurado a partir do primeiro dia do mês seguinte à publicação desta Resolução, efetivamente recolhido ao Tesouro Estadual.

§ 1º O incentivo financeiro de que trata o caput deste artigo será objeto de instrumento de crédito a ser firmado entre o Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ e a empresa beneficiária.

§ 2º Para obtenção do incentivo financeiro a empresa deverá recolher o imposto devido, no prazo estabelecido na alínea "a" do inciso V do art. 108 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001, conforme disposto em ato do titular da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 3º O incentivo financeiro de que trata esta Resolução não se aplica ao imposto devido nas operações sujeitas ao regime de substituição tributária.

Art. 4º O incentivo financeiro será automaticamente revogado e todos os seus efeitos serão considerados nulos, tornando-se devido o valor dispendido em favor da empresa beneficiária e não revertido de acordo com a Lei nº 6.489/02, na hipótese de descumprimento:

I - dos programas de produção anual e de investimentos aprovados pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará;

II - das metas constantes do Parecer do Grupo de Avaliação e Análise de Projetos - GAAP, ratificados pela Câmara Técnica, e seus respectivos prazos aprovados pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará;

III - dos benefícios sociais aos empregados e à comunidade;

IV - do contrato com o Banco do Estado do Pará S. A. - BANPARÁ V - do prazo legal para o recolhimento do imposto.

Art. 4º A empresa DENDÊ DO PARÁ S. A. - DENPASA, a partir da fruição do incentivo financeiro, fica obrigada a prestar todas as informações necessárias para o acompanhamento anual dos critérios estabelecidos no Anexo Único do Decreto nº 5.615/02, à Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, a fim de subsidiar a emissão do Certificado de Bonificação.

Art. 5º A empresa DENDÊ DO PARÁ S. A. - DENPASA fica obrigada a fixar, em frente à instalação física de seu empreendimento, placa de promoção e divulgação, conforme modelo aprovado pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial do Estado, produzindo efeitos por 15 (quinze) anos.

Sala de Reuniões da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, em 09 de dezembro de 2010.

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO

Presidente da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará

ANEXO ÚNICO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	NCM	ORIGEM	UND	QTD
1	Cozinador de Amêndoas, 4 estágios	8479-2000	SP	UND	2
2	Filtro prensa JAUMAQ	8479-2000	SP	UND	1
3	Mesa de Gravidade - PAJE	8479-2000	SP	UND	1
4	Prensa de Amêndoa JAUMAQ	8479-2000	SP	UND	2

CONTINUA NO CADERNO 3